



<b>Processo nº</b>	<b>44.485-5/2022</b>
<b>Interessado</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>Assunto</b>	<b>Homologa a distribuição das unidades gestoras jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para fins de definição de relatoria, conforme previsto no capítulo IV do Regimento Interno deste Tribunal (aprovado pela Resolução Normativa nº 16/2021-TP)</b>
<b>Relator Nato</b>	<b>Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI</b>
<b>Data de Julgamento</b>	<b>6-12-2022 – Plenário Presencial</b>

### **DECISÃO NORMATIVA Nº 3/2022 – PP**

Homologa a distribuição das unidades gestoras jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para fins de definição de relatoria, conforme previsto no capítulo IV do Regimento Interno deste Tribunal (aprovado pela Resolução Normativa nº 16/2021-TP).

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 3º da Lei Complementar Estadual 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e pelo inciso XX do artigo 10 da Resolução Normativa 16/2021 (Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso);

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso V do artigo 11 da Resolução Normativa 16/2021, que atribui ao Plenário a competência para apreciar os atos normativos;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 296 da Resolução Normativa 16/2021 e, conforme preconiza o inciso I do artigo 303 da Resolução Normativa nº 16/2021;

**CONSIDERANDO** que a distribuição processual das unidades gestoras jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso é medida essencial ao exercício do controle externo;

**CONSIDERANDO** que a distribuição processual observará aos



princípios da publicidade, da alternatividade, da aleatoriedade, da igualdade e do juiz natural, bem como a realização de sorteio das unidades gestoras jurisdicionadas;

**DECIDE**, por unanimidade:

**Art. 1º** Homologar a distribuição processual das unidades gestoras jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Documento Digital 266986/2022, Processo nº 44.485-5/2022).

**Art. 2º** Esta decisão normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS, DOMINGOS NETO, SÉRGIO RICARDO e GUILHERME ANTONIO MALUF.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

**Publique-se.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 6 de dezembro de 2022.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI – Relator Nato  
Presidente

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR  
Procurador-geral de Contas